

TRAMA GOLPISTA

2/3 • Correio Braziliense • Brasília, terça-feira, 2 de setembro de 2025

Julgamento para "encerrar os ciclos do atraso"

Presidente do STF, Barroso define como "difícil" a missão da Corte, que inicia hoje a avaliação do processo histórico contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus por tentativa de golpe de Estado, mas prega serenidade e faz defesa da democracia

Ed Alves CB/DA Press



Bolsonaro é acusado pela PGR de ser o "principal articulador e maior beneficiário" das ações golpistas

» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND
» VANILSON OLIVEIRA

O julgamento histórico que começa hoje no Supremo Tribunal Federal (STF), em que, pela primeira vez no Brasil, um ex-presidente da República responderá por tentativa de golpe de Estado, será "como encerrar os ciclos do atraso no país", na avaliação do presidente da Corte, ministro Luís Roberto Barroso. O magistrado definiu como "difícil" a missão de julgar o ex-presidente Jair Bolsonaro e outros sete réus, incluindo militares de alta patente, por ofensa contra a democracia, mas ressaltou que o STF deve cumprir seu dever, "com serenidade e sem interferência, venha de onde vier" — numa clara alusão às represálias impostas pelo governo Trump ao país, supostamente para

tentar frear o processo contra o ex-chefe do Executivo. Segundo Barroso, é necessário "ter a consciência de que a divergência, que é legítima e desejável numa democracia, deve se manifestar dentro das regras do jogo". As declarações ocorreram após a participação do ministro em um evento no Rio de Janeiro. O julgamento de Bolsonaro e dos outros sete réus ocorrerá na Primeira Turma do STF, composta pelos ministros Alexandre de Moraes (relator do processo), Cármen Lúcia, Cristiano Zanin, Luiz Fux e Flávio Dino. Se condenado, o ex-chefe do Executivo pode pegar até 39 anos de prisão. A sessão inaugural será aberta pelo presidente da Turma, Cristiano Zanin, que chamará o processo a julgamento. Em seguida, o ministro Alexandre de Moraes fará a leitura do relatório, que reúne as

etapas da investigação da Polícia Federal (PF) e as alegações finais da acusação e da defesa. Logo depois, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, autor da denúncia, terá até duas horas para expor os argumentos da acusação. Na sequência, os advogados de defesa apresentarão as sustentações orais. Cada um dos oito réus terá direito a até uma hora. Nenhum dos acusados é obrigado a comparecer. Concluída a fase das sustentações, Moraes analisará preliminares levantadas pelas defesas, como pedidos de nulidade da delação de Mauro Cid. Em seguida, proferirá seu voto. Depois dele, votam Flávio Dino, Luiz Fux, Cármen Lúcia e, por último, Zanin. A decisão será tomada por maioria simples. O julgamento só pode ser interrompido caso algum ministro peça vista, o que suspenderia a análise por até 90 dias.

As sessões

Hoje: das 9h às 12h; e das 14h às 19h
Amanhã: das 9h às 12h
9/9: das 9h às 12h; e das 14h às 19h
10/9: das 9h às 12h
12/9: das 9h às 12h; e das 14h às 19h

Réus e acusações

A denúncia apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) reúne o chamado "núcleo central" da trama golpista. Segundo a acusação, Bolsonaro foi o "principal articulador, maior beneficiário e autor dos atos mais graves". Também serão julgados o ex-ministro da Defesa Walter Braga

Netto, seu vice na chapa de 2022, preso preventivamente; Mauro Cid, ex-ajudante de ordens e delator do caso; Anderson Torres, ex-ministro da Justiça; Paulo Sérgio Nogueira, ex-comandante do Exército; Augusto Heleno, ex-chefe do GSI; Almir Garnier Santos, ex-comandante da Marinha; e Alexandre Ramagem, ex-diretor da Abin. Todos são acusados de organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, dano qualificado ao patrimônio público e deterioração de patrimônio tombado — Ramagem, porém, não responde a esses dois últimos crimes porque ocorreram no 8 de Janeiro, depois de ele ter sido diplomado deputado federal. O jurista Rubens Beçak enfatizou o ineditismo do julgamento e o forte peso político. "É a primeira vez que temos um ex-presidente julgado por

uma tentativa de golpe de Estado. Esse processo firmará jurisprudência e terá reflexos claros no Congresso e na política nacional", afirmou. Ele, no entanto, criticou a escolha da Primeira Turma para conduzir o julgamento, em vez do plenário do STF. "Considerando a magnitude do caso, teria sido mais adequado que o pleno julgasse. Isso daria maior aparência de devido processo legal", argumentou. Beçak apontou fragilidades na acusação, sobretudo pela delação de Cid. "Apesar de haver outras provas, a colaboração parece frágil e contraditória. Esse ponto deve ser explorado pela defesa", disse. Já o advogado criminalista Oberdan Costa destacou o valor simbólico do julgamento. "A importância histórica está em aferir a resiliência da nossa democracia. O mundo acompanha com atenção", frisou.

Os outros réus

Fernando Frazão/Agência Brasil



WALTER BRAGA NETTO
General quatro estrelas do Exército. Comandou a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro durante o governo Temer. Na gestão Bolsonaro, chefiou a Casa Civil (2020-2021) e o Ministério da Defesa (2021-2022). Foi candidato a vice na chapa de Bolsonaro nas eleições de 2022.

Divulgação



PAULO SÉRGIO NOGUEIRA
General, nomeado comandante do Exército em 2021 e depois ministro da Defesa até o fim do governo Bolsonaro. Foi comandante militar do Norte e chefiou o Departamento-Geral de Pessoal do Exército. Em declarações públicas, criticou o TSE e a condução da Comissão de Transparência das eleições.

Divulgação/MB



ALMIR GARNIER
Almirante que comandou a Marinha de abril de 2021 até o fim do governo Bolsonaro. Foi assessor especial militar de ministros da Defesa no governo Dilma (2014-2016). Em delação, Mauro Cid afirmou que Garnier seria simpático a um golpe de Estado e teria dito a Bolsonaro que "sua tropa estaria pronta para aderir".

Ed Alves/CB/DA.Press



AUGUSTO HELENO
General do Exército, foi o primeiro comandante da Força de Paz da ONU no Haiti (2004-2005). Conheceu Bolsonaro nos anos 1970, na Aman. Inicialmente cotado para ser vice de Bolsonaro em 2018, acabou nomeado ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Atuou como conselheiro próximo do ex-presidente.

Reprodução/Redes sociais



MAURO CID
Tenente-coronel, doutor em ciências militares, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro. Preso em 2023 por envolvimento na fraude de cartões de vacinação da covid-19, fechou acordo de delação premiada com a Polícia Federal, homologado pela Justiça, e se tornou peça-chave no inquérito da trama golpista.

Divulgação/MJSP



ANDERSON TORRES
Ex-ministro da Justiça e ex-secretário de Segurança Pública do DF, atuou no combate ao crime organizado entre 2008 e 2011. Assumiu novamente a Secretaria de Segurança do DF em 2023, mas foi exonerado após o 8/1. Preso por ordem de Moraes ao retornar dos EUA, foi solto e é monitorado com tornozeleira eletrônica.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



ALEXANDRE RAMAGEM
Ex-diretor-geral da Abin. Delegado da Polícia Federal, foi indicado por Bolsonaro para comandar a corporação, mas barrado pelo STF. Chefiou a segurança de Bolsonaro na campanha de 2018, após a facada, e tornou-se próximo da família. Foi eleito deputado federal pelo Rio de Janeiro em 2022.